

Para economistas, desafio do ajuste fiscal é ir além do corte de despesa

ANDRÉ COELHO/27-11-2014

O que está em jogo é a credibilidade do país e o retorno do crescimento

HENRIQUE GOMES BATISTA
henrique.batista@oglobo.com.br

Quase todo mundo que administra orçamentos sabe que apertar os cintos por um curto período, meses ou até um ano, é relativamente fácil: algumas coisas simplesmente podem ser adiadas. O mais difícil é fazer uma profunda reforma em receitas e gastos, de forma a ter equilíbrio por um longo prazo. Na visão de especialistas, esse é o maior desafio de Joaquim Levy à frente da Fazenda: tornar a responsabilidade fiscal uma regra duradoura, que garanta a credibilidade do país e o retorno do crescimento econômico e social.

FORÇA POLÍTICA À PROVA

Especialista em contas públicas, Raul Velloso diz não ter dúvidas de que o superávit primário anunciado pelo ministro Joaquim Levy para 2015 (1,2% do PIB, ou R\$ 66 bilhões) será alcançado. Mas avalia que o ajuste



Tesoura. Joaquim Levy, novo ministro, terá de cortar despesas do governo

fiscal deste ano será muito parecido com o de 2003:

— Além de medidas como as mudanças no seguro-desemprego (economia de R\$ 18 bilhões) e possíveis altas de alguns tributos, como a Cide (imposto que incide sobre combustíveis), que pode render R\$ 15 bilhões ao governo, nosso orçamento não é impositivo, e assim, o governo poderá fazer contingenciamento. O desafio é a partir de 2016, pois o segredo do ajuste

fiscal é aumentar a arrecadação, e para isso a retomada do crescimento é necessária — afirmou.

Velloso explicou que, durante o governo Lula, receitas e despesas tinham crescimento real de 9% ao ano, mas que na gestão Dilma os gastos subiram 7%, enquanto a receita não superou 2% de alta real. Segundo ele, isso precisa mudar.

Margarida Gutierrez, professora de economia do Instituto Coppead e da UFRJ, afirma que

a grande questão do ajuste fiscal de 2015 será a força política de Levy em um ambiente hostil. Ela acredita que o ministro terá de enfrentar forte resistência no governo, afetando *lobbies* poderosos de incentivos fiscais, funcionalismo e políticas públicas. Mas, em seu argumento, está a defesa do grau de investimento das agências de risco, que pode ser perdido caso o país não cumpra as metas de economia para o pagamento dos juros da dívida. Para fazer o ajuste prometido será necessário contar com carta branca de Dilma. Para a professora, o grande aliado político é Nelson Barbosa, que comandará o Planejamento:

— Estamos vivendo um período de dominância fiscal, ou seja, no qual a situação das contas públicas compromete a redução dos juros e impede a retomada do crescimento econômico. No momento, o objetivo é o retorno da credibilidade — disse Margarida.

Para Rubens Penha Cysne, diretor da FGV/EPGE, o momento é ideal para o Brasil evoluir na gestão fiscal. Ele acredita que o ideal é que o país atinja um sistema de comitê fiscal independente, nos moldes do

que existe em Alemanha, Inglaterra, Canadá e Croácia.

— Um comitê como este poderia auxiliar em estudos independentes, facilitar a fiscalização do TCU e até impedir pressões políticas, pois faria uma análise mais objetiva do orçamento — disse Cysne, que defende um novo acordo em prol da responsabilidade fiscal que una a oposição, acabando com o “cabo de guerra” político que atrapalha o país.

‘GOVERNO MEDIÓCRE E COVARDE’

O professor Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, é crítico em relação à forma pela qual o governo demonstrou que buscará o ajuste fiscal:

— A primeira medida foi a mudança no seguro-desemprego, o que indica que o governo buscará o caminho mais fácil, com menos conflitos, afetando setores menos organizados, em vez de fazer uma profunda mudança estrutural, aumentando impostos para os mais ricos, por exemplo, e enfrentando gastos desnecessários. Não seria melhor ter começando alterando a aposentadoria dos parlamentares, por exemplo? Esse será um governo medíocre e covarde. ●

Números

0,42%

DO PIB

É o déficit primário acumulado em 2014 até novembro, segundo informou o governo esta semana: R\$ 19,6 bilhões. É o pior resultado em 17 anos.

1,2%

DO PIB

É a meta de superávit primário do governo para 2015, segundo anunciado por Joaquim Levy, novo titular da Fazenda. Isso equivale a uma economia de R\$ 66 bilhões este ano.

2%

DO PIB

É a meta mínima do superávit primário indicada por Levy para 2016 e 2017.

Economia Verde

A coluna voltará a ser publicada no dia 15 de janeiro. ●